

6323

REGISTRO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE EMISSÃO DA
PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, 231, 24º andar - parte, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00.185.475/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Intervêniente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 36.113.876/0001-91, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco, nº 151, grupo 901, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, vêm, na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária, da EMISSORA realizada em 21 de outubro de 1994.

II
DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

AS



3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A Escritura de Emissão, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

III DA EMISSÃO

Os seguintes requisitos serão observados na presente emissão:

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. QUANTIDADE TOTAL DE TÍTULOS DA EMISSÃO

Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures conversíveis em ações, nominativas.

3. SÉRIES

A emissão será efetuada em três séries, designadas, para todos os efeitos deste Instrumento, como 1ª, 2ª e 3ª séries.

4. VALOR NOMINAL

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de novembro de 1994, será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), observado que, para efeito de determinação do valor da emissão das debêntures da 2ª e 3ª séries, o valor nominal das debêntures poderá, a critério do Conselho de Administração, ser atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor série r, "IPC-r".

6. ESPÉCIE

As debêntures não terão garantia e serão da espécie subordinada, conforme parágrafo 4º do Artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

7. CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão conversíveis, a qualquer tempo, a partir de sua integralização, na proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais.



8. DELEGAÇÃO

Observado o disposto nesta Escritura, a deliberação sobre as demais condições das debêntures da 2ª e 3ª séries, inclusive quanto à oportunidade de sua emissão e preço de emissão das ações objeto da conversão das debêntures, foi delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA pela Assembléia Geral mencionada na cláusula I desta Escritura.

9. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

10. ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (hum inteiro por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures, após sua conversão, seu vencimento final ou vencimento ou resgate antecipado, não mais farão jus a rendimentos de qualquer natureza, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.

12. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA através do Sistema da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a este Sistema.

13. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário.

14. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da EMISSORA, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio.

- a) A EMISSORA, juntamente com o AGENTE FIDUCIÁRIO, fará publicar pela imprensa a relação das debêntures sorteadas;
- b) As debêntures resgatadas farão jus aos rendimentos a elas assegurados até a data do resgate.

15. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA, a qualquer tempo, poderá adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, observado o disposto no Art. 55 da Lei 6.404/76, sendo que, nesta hipótese, eventuais rendimentos, porventura devidos pela EMISSORA, serão acrescidos ao valor debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser alienadas no mercado, neste caso por valor não inferior ao seu valor nominal acrescido da remuneração a que tiverem direito.

16. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total das debêntures em circulação, acrescido de rendimentos de cada uma das séries, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a EMISSORA, que possam afetar substancialmente a condição financeira da EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, previstas nesta Escritura.

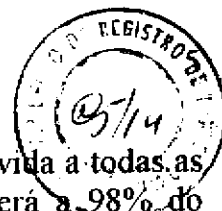
17. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados aos debenturistas no Jornal "Monitor Mercantil", podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

18. RENDIMENTOS

As debêntures da 1ª Emissão terão, exclusivamente, rendimentos variáveis consistindo em participação no lucro apurado pela EMISSORA, a partir da data de sua integralização.





18.1. A participação no lucro a que se refere o "caput" deste item será devida a todas as debêntures da emissão, subscritas e integralizadas, e corresponderá a 98% do resultado apurado, observado o disposto no Art. 187 da Lei 6.404, de 15.12.76, especialmente os incisos V e VI.

18.2. O percentual de participação no lucro referido no subitem anterior será ajustado à quantidade de debêntures convertidas, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$PL = \left[\frac{(QDE - QDC)}{QDE} \right] \times 98$$

onde:

PL = Percentual de participação no lucro;

QDC = Quantidade de debêntures convertidas, e

QDE = Quantidade de debêntures originalmente subscritas e integralizadas.

18.3. Os rendimentos serão pagos em espécie:

18.3.1. anualmente, com base no resultado do exercício social, nos 6 (seis) primeiros dias úteis após a divulgação das Demonstrações Financeiras em qualquer das formas previstas no Art. 133 da Lei 6.404/76, e

18.3.2. por ocasião do vencimento final, do resgate e do vencimento antecipado e da aquisição pela EMISSORA das debêntures emitidas, até o 6º (sexto) dia útil posterior ao evento.

18.4. A EMISSORA manterá permanentemente atualizada a escrituração contábil, de forma a assegurar a apuração do resultado que servirá de base ao cálculo da remuneração devida em qualquer das hipóteses previstas nesta Escritura.

IV

DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

1. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures da 1ª série é 01 de novembro de 1994.

2. PRAZO E VENCIMENTO FINAL

As debêntures da 1ª série terão prazo de 5 (cinco) anos, com vencimento final em 01 de novembro de 1999.

2.1. Por ocasião do vencimento final das debêntures, mediante apresentação dos respectivos certificados, se emitidos, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação.



3. FORMA

As debêntures da 1ª série serão nominativas não endossáveis.

4. QUANTIDADE DE TÍTULOS

A 1ª série será constituída de 50.000 (cinquenta mil) debêntures.

5. VALOR NOMINAL

As debêntures da 1ª série terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

6. VALOR DA SÉRIE

O valor da 1ª série será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

7. CONVERSIBILIDADE

As debêntures da 1ª série poderão ser convertidas em ações do capital social da EMISSORA, à opção dos debenturistas, a partir da data de sua integralização. Cada debênture será conversível em 12.000 (doze mil) ações, sendo 4.000 (quatro mil) ações ordinárias e 8.000 (oito mil) ações preferenciais.

7.1. Critérios de ajuste da conversão:

7.1.1. As quantidades estipuladas no "caput" deste item serão ajustadas sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

7.1.2. As frações apuradas na data da solicitação da conversão serão devidas em espécie, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente.

7.1.3. As ações resultantes da conversão terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos às ações ordinárias e preferenciais e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data da solicitação da conversão, inclusive. As ações convertidas terão direito a dividendos integrais em relação ao exercício social em que ocorrer a conversão.

7.1.4. Os aumentos de capital decorrentes da conversão das debêntures em ações serão realizados de acordo com a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166, da Lei 6.404/76.

7.2. Época, dia e local para solicitação da conversão.

A solicitação para conversão das debêntures poderá ser feita a qualquer tempo, a partir da data da subscrição, mediante identificação do debenturista, na sede da EMISSORA, exceto nos dias de realização de Assembléia Geral dos Acionistas da EMISSORA. Para todos os efeitos legais e fiscais, considerar-se-á como data de conversão a data da solicitação da conversão.



8. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures da 1ª série é o valor nominal da debênture, com integralização à vista, na data única que vier a ser fixada pela EMISSORA, através de carta a cada subscritor ou publicação de aviso na forma do item 17 da Cláusula III desta Escritura.

9. RENDIMENTOS

As debêntures da 1ª série terão, exclusivamente, rendimentos variáveis, consistindo em participação no lucro apurado pela EMISSORA a partir da data de sua integralização, conforme disposto no item 18 da Cláusula III desta Escritura.

10. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

Para as debêntures da 1ª série a EMISSORA poderá emitir certificados, que serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - a. dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - b. em até seis dias úteis, demonstrativo de apuração do resultado que servir ao cálculo do valor da participação das debêntures.
 - c. imediatamente, qualquer informação solicitada que possa ser do interesse dos debenturistas;
 - d. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver em mora, relativamente ao pagamento dos rendimentos ou do principal das debêntures objeto desta Escritura;
3. Submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus Acionistas e debenturistas, as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;



5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei e da presente Escritura, representar perante ela, a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures
2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:
 - a. sob as penas da Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
 - b. aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
 - c. aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
 - d. não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.
3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, se ocorrer.
4. Será devido pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:
 - 4.1.01 Parcela de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) paga em 24.10.94;
 - 4.2.01 Parcela de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) 5 (cinco) dias úteis após a data da assinatura da presente Escritura, a título de implantação de serviços;
 - 4.3. Parcelas anuais antecipadas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) vencíveis, a primeira, no primeiro dia do mês seguinte ao da obtenção do registro, e as demais, nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes;
 - 4.4. As parcelas serão reajustadas pela variação acumulada do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor - série r), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão das debêntures, a partir de 01.09.94 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata die" se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior.



- 4.5. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA.
- 4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela EMISSORA, conforme previsto em Lei. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da união dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência de ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas;
- 4.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração aqui estabelecida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.
- 4.8. As parcelas previstas nos subitens 4.1 a 4.3. desta cláusula serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
5. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha comprovadamente incorrido, necessárias à proteção dos direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 5.1. O ressarcimento a que se refere o "caput" deste item será efetuado imediatamente após a entrega, à EMISSORA, dos documentos comprobatórios das despesas incorridas para proteção dos direitos dos debenturistas.
- 5.2. As despesas sujeitas a ressarcimento compreenderão, inclusive:
- a. publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b. expedição de certidões; e
 - c. locomoções entre Estados da Federação ou ao Exterior e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.
- 5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 5.1 acima, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



6. Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:
- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - b. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - e. promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
 - h. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
 - i. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
 - j. examinar, enquanto puder ser exercido, o direito à conversão de debêntures em ações, a alteração do Estatuto Social da EMISSORA que objetive mudar o seu objeto social, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações em que são conversíveis as debêntures, cumprindo-lhe (i) convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria, ou (ii) aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57, da Lei nº 6.404/76, a alteração proposta;
 - l. convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, respeitado o disposto na cláusula VII deste Instrumento, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 17 da cláusula III;
 - m. comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- n. elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações;
- n.1. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - n.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - n.4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - n.5. resgate, amortização, conversão, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
 - n.6. constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;
 - n.7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos Administradores da EMISSORA;
 - n.8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - n.9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - n.10. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- o. colocar o relatório de que trata a letra "n" deste item à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais;
- o.1. na sede da EMISSORA;
 - o.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - o.3. na CVM;
 - o.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - o.5. nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- p. publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 17 da cláusula III, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na letra "o" anterior;
- q. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços aos debenturistas;



- r. coordenar o sorteio das debêntures no caso de resgate parcial de debêntures;
 - s. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - t. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - t.1. à CVM;
 - t.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso.
7. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no item 5 da cláusula VII desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- a. declarar, conforme o previsto no item 16 da cláusula III, retro, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;
 - b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
 - c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA; e
 - d. requerer a falência da EMISSORA.
- 7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" deste item na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere à ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 16 da cláusula III, retro.
- 7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a", "b" e "d" do item 7 desta cláusula, se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na letra "c" do item 7 desta cláusula.
- 7.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.



8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.
- 8.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembleia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.
- 8.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.
- 8.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.
- 8.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por ato da CVM.

VII DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de cada uma das séries desta emissão poderão, a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A Assembleia dos Debenturistas de cada uma das séries desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.



3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas de cada uma das séries, no que for disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.
4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures.
6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.
7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VIII DA RENÚNCIA

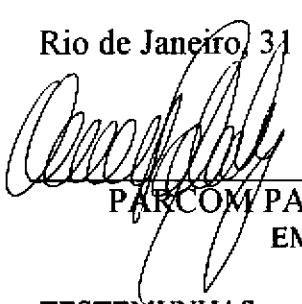
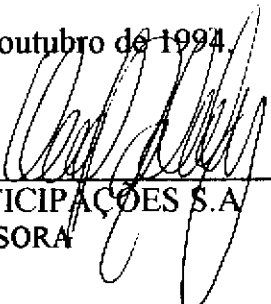
Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

IX DO FORO

Fica eleito o foro central da cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

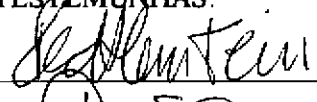
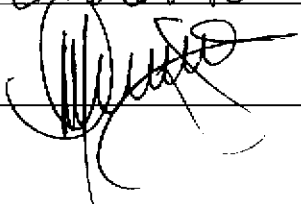
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.


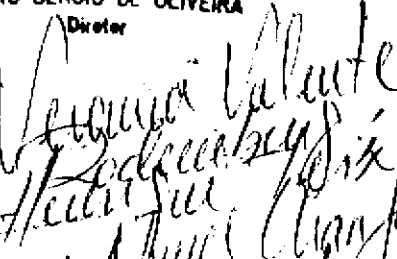
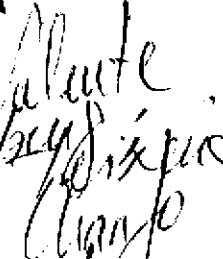
Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1994.

p/p  
PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A.
EMISSORA

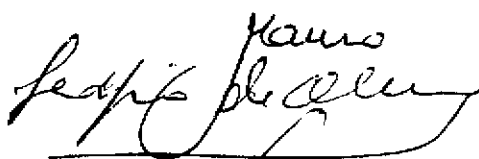

OLIVEIRA BASTOS DTVM LTDA.
AGENTE FIDUCIÁRIO
MAURO SERGIO DE OLIVEIRA
Diretor

TESTEMUNHAS:




94

Assessoria Jurídica
Rua Almirante Bessa, 100 Lda. G-03
Tel. 210-1344
Cidade do Rio de Janeiro - RJ



12/11 50

OFICIO DE NOTAS
Santos


o Cadastrado

CARTÓRIO MANOEL SANTOS - 172 N. da Just.
 Sucessor Centro - Travessa do Curador, 12 - Centro
 404-1-171 N. da Just. 11. C. C. 171 N. da Just.
 em 14 de maio de 1993.
 204.8.00
 Total

Subsistema de Informação em Saúde
Certifico e dou fe que a presente
original que me foi apresentado,
Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 1999.

Rosângela Maria Ferreira - Substituta

Serventia
20% F. Judicial
Total


 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº AVH 40276
1100